

Por uma memória presente nos territórios do futuro

Diogo Mateus ⁽¹⁾ Marlucci Menezes ⁽²⁾

(1) Centro de Estudos Interdisciplinares em Educação e Desenvolvimento (CeIED) da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia (ULHT), Portugal, dmateus@ulusofona.pt

(2) Laboratório Nacional de Engenharia Civil – LNEC, Portugal, marlucci@lnec.pt

Resumo

O território acolhe um conjunto de referências que marcam a passagem do tempo. Estas referências decorrem quer da ação humana quer da ação da natureza. É também por isso importante que durante a passagem por estes territórios – o nosso tempo – saibamos ser guardiões do passado, bem como construtores do futuro.

A facilidade com que, nos finais do Século XX e início do Século XXI, se permitiu a construção de novas áreas urbanas, sem que se apostasse numa reabilitação verdadeira das áreas outrora ocupadas, quer por facilitismo quer por ignorância, colocou as áreas com maior potencial patrimonial numa situação de abandono – ou quase – sem que a valorização dos recursos existentes se efetuasse e, não raras vezes, sem que os elementos hegemonicamente considerados como património fossem assumidos como tal pelas populações. Mais recentemente, com o falhanço das políticas urbanísticas de crescimento, voltou-se a apostar na reabilitação – todavia, agora menos abrangente e sobretudo focada no edificado. Esta nova pretensão de atuação no território parece ter despertado o interesse dos investidores e dos decisores, multiplicando-se os casos em que edifícios são reabilitados e, com isso, muitos assumirem que há sucesso nas políticas de reabilitação. Todavia, esta reabilitação nem sempre tem levado em consideração as questões da conservação do património e do desenvolvimento social, e tão pouco realizada à luz de uma perspectiva integrada de abordagem e atuação socio-territorial.

O turismo e a exploração dos recursos patrimoniais, assumidos como uma hipótese de salvação económica, tornam-se paulatinamente atividades com crescente preponderância para a aquisição de rendimentos. Mais uma vez, na história do urbanismo português, a ação sobre o território parece estar a ser guiada por uma visão reduzida – a curta distância – influenciando as pessoas no sentido de que a aposta, em força, no turismo e na especulativa exploração patrimonial seriam a solução para os seus problemas – emprego, divisas e visibilidade. Se no passado as dificuldades em reabilitar um edifício considerado património, servia de repulsa ao investidor, a presente emergência de investidores – a facilitação no acesso ao financiamento, a propagação de perspectivas de reabilitação que pouco (ou nada) recuperam da experiência anterior com a reabilitação urbana, nomeadamente a que sucedeu entre meados dos anos de 1980 e a década de noventa do século XX – surgem como fatores sobre os quais se deve refletir no interesse da salvaguarda dos territórios sociais envolvidos. Como estamos a preservar a memória do passado e, sobretudo, que memória do presente estamos a deixar às gerações futuras?

A partir do mais recentes marcos do ordenamento territorial relativamente às regras de valorização/proteção patrimonial, e tendo por contrapartida a realidade dos territórios do presente, discute-se sobre as lacunas existentes relativamente à relação entre salvaguarda do património e desenvolvimento social. Suportamos esta análise, mormente, nas regras impostas (legislação) que, principalmente a partir de 2009, tentou impulsionar o investimento em reabilitação. De que forma estas políticas – e regras – permitiram a melhoria das condições dadas às populações – incremento de

“qualidade de vida” – e como isso permitiu, preservando e valorizando a memória e os valores do passado, deixar uma marca do presente para as gerações futuras. Esta análise centrar-se-á numa perspectiva integrada do entendimento da relação entre conservação do património e desenvolvimento social.

Assim, pretende-se abordar, evolutivamente, as regras nacionais para a reabilitação e para a valorização do património, tentando compreender como, na prática, decorridos que estão alguns anos – essas políticas (regras) foram “aproveitadas” pelos agentes e actores numa perspectiva de desenvolvimento com respeito pelos valores territoriais (património material e imaterial).

Palavras-chave: Património; Território; Sociedade; Valorização.